

Políticas de formação docente: *desafios à Educação Profissional*

ID SANDRA TEREZINHA URBANETZ*

Instituto Federal do Paraná, Curitiba- PR, Brasil.

ID JOANA PAULIN ROMANOWSKI**

Centro Universitário Internacional, São José do Rio Preto- SP, Brasil.

ID JACIR MARIO TEDESCO FILHO***

Universidade Federal do Paraná, Curitiba- PR, Brasil.

O dossiê *Políticas de Formação Docente: desafios à Educação Profissional*, foi organizado a partir de uma demanda coletiva, tendo em vista que, ao investigarmos as pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática da docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), verificamos um aumento considerável do número de trabalhos desenvolvidos com esse foco.

Historicamente, a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica é um campo permeado por disputas teóricas, políticas e práticas, ainda que em menor grau na perspectiva acadêmica, mas de disputa política gerada pela agenda das políticas públicas governamentais e pelas práticas de formação de educação informal e formal. Com efeito, esse campo se apresenta polissêmico devido à oferta dessa modalidade de educação, tanto em instituições educacionais, como em organizações e empresas em que a educação para o trabalho não é entendida como de responsabilidade exclusiva dos sistemas de ensino.

Em relação a instalação da educação profissional, cabe lembrar que desde o período colonial, no território que viria a se tornar o Brasil, já ocorriam ações de formação para o trabalho com as aprendizagens laborais realizados nas Casas de Fundação e de Moeda

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná, mestra e doutora em Educação, na área de Educação e Trabalho, pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora do Instituto Federal do Paraná, campus Curitiba. Participa do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Educação e Tecnologia Social (TRETS). *E-mail*: <sandra.urbanetz@ifpr.edu.br>.

** Graduação em Pedagogia e mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora do Centro Universitário Internacional (UNINTER) e professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordena o Grupo de Pesquisa Práxis Educativa - Dimensões e Processos. *E-mail*: <joana.romanowski@gmail.com>.

*** Graduado em Gestão Pública e especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Paraná. Atualmente é doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. *E-mail*: <j.tedesco@ufpr.br>.

e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha, criados no ciclo do ouro. Posteriormente, durante o Império, foram instaladas as Casas de Educandos Artífices em dez províncias, entre 1840 e 1865. Segundo Moura (2007), a educação profissional no Brasil, como proposta governamental, foi estabelecida em 1809, a partir de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, com a criação de *Colégios de fábricas*, onde se encontra o primeiro registro voltado à profissionalização, dentro de uma “perspectiva assistencialista com o objetivo de ‘amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte’, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias” (MOURA, 2007, p. 6). No entanto, a educação profissional como política pública teve sua institucionalização somente em 1909, quando a União criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada estado, através do Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909 (Brasil, 1909).

Assim sendo, no Brasil, desde o período colonial são observadas modificações ocorridas na educação profissional acercando, na atualidade, em um contexto complexo e difuso com a possibilidade de oferta desde a educação básica, com os cursos técnicos integrados de nível médio, e na educação superior, com a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Contudo, a formação no espaço das empresas é presente em todos os setores da atividade econômica e segmentos do mercado de trabalho, inclusive com o apoio de serviços vinculados aos sistemas S (SENAI, SENAC, SENAR, SEPAT).

Cabe destacar que desde o Decreto que instituiu as Escolas de Aprendizes e Artífices, até a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conhecida por Rede Federal, que ampliou, diversificou e interiorizou a educação profissional e tecnológica no país, vivemos processos contraditórios de avanços e retrocessos. Mais recentemente, a partir de 2016, a formação para o trabalho é alvo de propostas de desmonte da oferta pública e gratuita da educação profissional. Esse desmonte se expressa com os sucessivos cortes orçamentários, proibição de novos concursos, entre outros entraves, que tem dificultado o desenvolvimento de um processo de formação profissional efetivo.

Se até então, um dos grandes embates educacionais dentro da educação profissional era a proposta da superação da oferta de uma educação dualista, no presente momento, retrocedemos ao embate da garantia de direitos mínimos, de garantia de oferta de educação pública, gratuita para todos e todas com as mesmas oportunidades e condições de qualidade. Esses desencontros estão exigindo uma luta constante de todos e todas que se interessam na construção de sociedade justa e de igual oportunidades para todos e todas, em que continuam atuais as afirmativas de Gramsci quando ele nos diz “Instruí-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força” (1987, sn). Nessa perspectiva, a discussão sobre a educação profissional está em pauta junto à agenda de lutas que precisam ser travadas em nosso país.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica hoje é composta por 38 Institutos Federais (IF), 2 Cefets, 25 escolas vinculadas a universidades, o Colégio Pedro II e uma universidade tecnológica, distribuídas em 568 municípios brasileiros em 2016. Nesse período, se efetivava a interiorização da EPT e se intensificava a oferta de educação pública, gratuita e com acesso para todos e todas, superando a condição de precariedade anterior, principalmente as iniciativas vinculadas ao sistema de educação federal. Constata-se uma oferta robusta de EPT pelo governo federal, pois se o número de municípios, de acordo com o IBGE em 2014, era de 5.570, havia um Campus da Rede Federal para cada 10 municípios do país. Isso significa também o acolhimento das parcelas mais pobres da população brasileira que dificilmente teriam condições financeiras para se deslocar e permanecer em cidades que já ofertavam EPT e ensino superior público de nível superior de graduação.

Com essa ampliação do número de vagas para a EPT e com a oferta de uma educação pública e de alto nível para todos e todas, desde o ensino básico até a pós-graduação, é fundamental investigar como se verifica essa mudança do paradigma no Brasil. A rede de educação profissional para os *desfavorecidos da fortuna* se transformou em rede de excelência e referência, sendo o seu acesso também disputado por alunos das classes mais abastadas. Assim, para que a oferta rompesse com a falta de oportunidade de acesso para todos e todas, foi basilar a publicação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), que define o estabelecimento de cotas para ingresso nas universidades federais e nas instituições de ensino técnico de nível médio, a fim de garantir minimamente o rompimento de uma dívida histórica.

Apesar de todos os avanços da EPT, as incertezas permanecem. A cada mudança governamental, mesmo com a instituição dos planos decenais de educação, vemos a necessidade da luta e da discussão permanente, posto que ainda não alcançamos uma sociedade que, efetivamente, garanta para todos e todas os direitos mais básicos de saúde, educação e segurança.

No âmbito da Educação Profissional, a busca é pela formação integral do ser humano, que supere a mera formação voltada unicamente para a qualificação da força de trabalho para o atendimento das demandas do setor produtivo. Junto a isso, faz-se necessária a luta para a reversão das atuais políticas governamentais, em que se reinstala a exploração da classe trabalhadora e dos seus filhos. Apesar de permanecerem críticas e questionamentos de políticas educacionais voltadas à EPT no período 2002-2016, não se pode negar que a expansão e, principalmente, a interiorização da Rede Federal, possibilitou o acesso à classe trabalhadora e aos seus filhos a uma educação diferenciada do que se tinha até então.

E se a educação profissional, nesta concepção, está atrelada ao conceito de trabalho vinculado à constituição humana, nunca é demais lembrar que a relação entre trabalho e educação, cuja condição é a própria existência humana. Afinal, como nos ensina Saviani, “o trabalho que define a essência humana” (2007, p. 155). O autor parte da premissa de Marx e

Engels, que aponta que os humanos começam a se distinguir dos animais no momento em que começam a “produzir seus meios de existência” e estes, assim, “produzem indiretamente sua própria vida material” (1998, p. 10-11). Nessa vereda, se postula por uma educação profissional em que nos constituímos como pessoas, estabelecendo com relações de reciprocidade entre nós, produzindo a cultura, a história e a vida (FREIRE, 1980, p. 39).

Com efeito, a educação profissional institucionalizada, tanto em escolas públicas e privadas, como em organizações vinculadas ao mundo do trabalho, requer o exame, a pesquisa e a reflexão permanente. Assim, ao eleger como assunto deste dossiê as *Políticas de Formação Docente à Educação Profissional*, o principal objetivo é apresentar aos estudiosos e pesquisadores dessa temática artigos que possibilitem o seu aprofundamento. Ressaltamos que esse dossiê trata do assunto em textos de modo rigoroso, ainda que em diferentes abordagens. A intenção é indicar essas distinções com que os estudos e discussões examinam esse campo ampliando a sua compreensão.

Do convite aos autores e autoras para a escrita dos artigos realizado nos Grupos de Trabalho ‘Trabalho e Educação’ (GT09) e ‘Formação de Professores’ (GT08) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, ressaltamos o pronto acolhimento por quinze pesquisadoras e pesquisadores de seis instituições nacionais e uma internacional, resultando em seis artigos em que se expressa o que se vem pesquisando na área da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.

No que se refere às questões quantitativas, uma expressiva parte das produções sobre formação docente à Educação Profissional é mais localizada naqueles grupos que estudam a relação Trabalho e Educação do que daqueles que se ocupam da pauta da formação docente em geral. Autoras como Marise Nogueira Ramos – entrevistada deste número –, e Lucília Regina de Souza Machado, que abre este dossiê, e autores como Dante Henrique Moura e Domingos Leite Lima Filho, entre outros, têm se preocupado com esta temática, apoiados em uma proposta de formação contra-hegemônica e em defesa de uma educação de qualidade para a classe trabalhadora. Acreditamos que isso ocorre em virtude do próprio processo histórico com que as políticas deste campo têm sido implementadas e abordadas, principalmente, no que tange à formação docente para a modalidade da educação profissional.

Por isso, como já dito, abrimos este dossiê, trazendo o artigo *Políticas de formação de professores, notório saber e possibilidades emancipatórias*, da Professora Lucília Machado, aonde ela discute a Lei 13.415/2017, que, dentre várias alterações significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, principalmente na seção que trata do Ensino Médio, também trouxe significativa alteração quanto ao estabelecimento de uma provisão flexível para o itinerário formativo técnico e profissional com base no critério do notório saber, resultando ou embasando a continua falta de políticas de formação de professores à educação profissional e tecnológica no Brasil.

Entendemos que os debates têm ocorrido de modo contraditório: no regime militar assumiu-se uma obrigatoriedade de inserção no sistema como um todo, o que não

contribuiu para uma melhor formação dos trabalhadores e a lógica de uma mera preparação aligeirada para o mercado de trabalho foi privilegiada. Embora parte da academia e, mais fortemente as associações e os movimentos sociais, tenham como norte de atuação a defesa irrestrita de uma formação pautada na defesa das garantias constitucionais e dos interesses da classe trabalhadora para uma formação integral, gratuita e de qualidade, nas reformas educacionais, quando da instalação de uma sociedade democrática, essa lógica de formação para o mercado prevalece.

Isso se deve, particularmente, a ação/pressão dos organismos internacionais e seus objetivos, principalmente, para com os países periféricos do capitalismo. Resultando em ações políticas que impactam diretamente o processo educacional formal, em que esses países já tem as suas particularidades e enfrentamentos locais e, nesse entendimento, com a finalidade de trazer como se dá o processo aqui na educação, em todas as suas modalidades, trazemos o artigo *A escolha da profissão docente por estudantes angolanos: razões e relações com discursos de políticas educativas no pós-guerra* de Helena Canhici, Carlinda Leite e Preciosa Fernandes, onde as autoras analisam os motivos, as razões dos estudantes do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (Angola) ao escolherem a profissão docente, relacionando-as com as políticas públicas de educação das últimas décadas, mais precisamente, após a publicação da primeira Lei de Bases do sistema de educação, em 2001, e suas alterações posteriores.

E, na perspectiva histórica dos processos formativos de docentes, na sequência, se apresenta o artigo intitulado *Estatuto e saberes da docência na educação profissional: questões inaugurais dos anos 1940*, de José Geraldo Pedrosa, Flávia Oliveira Duenhas e Nívea Maria Teixeira Ramos, em que são analisadas as questões dualistas da educação profissional através da análise das produções de Francisco Montojos e Lourenço Filho. Na mesma linha da historicidade da educação profissional, Joilson Silva de Sousa e Marlúcia Menezes de Paiva, com o artigo *Política de Formação Docente para as Artes Práticas: a proposta do CETENE na década de 1970*, mostram leis, decretos e arquivos da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, sobre a atuação do Centro Tecnológico do Nordeste - CETENE, instituição ligada ao Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoas para a Formação Profissional - CENAFOR, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, que promoveu ações formativas aos professores das Áreas Práticas, consideradas disciplinas específicas (técnicas).

Na sequência, Sueli Sores dos Santos Batista, Emerson Freire e Darlan Marcelo Delgado, expõem, no artigo *Profissionalização docente, internacionalização da educação e os desafios do mundo do trabalho*, os impactos das reformas educacionais no enfrentamento das demandas da educação para o trabalho.

Por fim, Manoel José Porto Júnior, Leomar da Costa Eslabão e Jair Jonko Araujo, no artigo *Uma trajetória de contradições e disputas: formação docente na ETFPel/CEFET-RS/IFSul-Campus Pelotas*, analisam os retrocessos apresentados pelas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores, como a questão

das mudanças nas formas e níveis de oferta do curso, trazidas por uma legislação provisória e improvisada.

Complementando este percurso de artigos, a organização do Dossiê encaminhou uma entrevista com a professora Doutora Marise Nogueira Ramos, que dispensa apresentações por ser uma referência à Educação Profissional, tanto pela sua produção acadêmica, quanto pela sua ação militante; e ainda, uma resenha escrita por Simone Urnauer, do livro *A Formação Docente e a Educação Profissional e Tecnológica: Pesquisas em Foco*, organizado por Karla Rodrigues Mota, Lidiane de Lemos Soares Pereira e Maria Carolina Terra Heberlein. Essa obra foi publicada em 2018 a partir do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Homem, o Trabalho e a Educação Profissional - Panecástica - sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Anápolis, e reflete o envolvimento dos vários atores inseridos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, formado por estudantes, professores e colaboradores.

Assim sendo, ao trazermos a discussão de autoras e autores de diversas regiões do país e uma discussão internacional, pretendemos colaborar com o aprofundamento a respeito das diferentes propostas políticas de formação docente encaminhadas atualmente em seus mais diferentes aspectos.

Estas propostas têm impactado os diferentes níveis e modalidades de ensino, em especial a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, que agora está com uma nova proposta de Diretrizes, a partir da Resolução CNE/CP N° 1, de 05 de janeiro de 2021 e que, nas palavras da ANPED

vem completar o conjunto de instrumentos legais e normativos que instituem a contrarreforma do Ensino Médio, desencadeada a partir da MP n 746/2016, convertida na Lei n° 13.415/2017. Ainda integram essa contrarreforma as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM - Resolução CNE/CEB n 03/2018), a Base Nacional Curricular Comum (BNCC - Resolução CNE/CEB n 04/2018) e a quarta versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT- Resolução CNE/CEB n 02/2020) (ANPED, 2021).

Esse conjunto de decisões políticas tem impactado e preocupado sobremaneira a todos e todas que buscam uma sociedade e uma proposta educativa libertadora, incluyente e humanística, daí a necessidade de continuarmos o debate a fim de fortalecermos cada vez mais a luta democrática por uma educação emancipadora e que se direcione para práticas de busca de uma sociedade mais justa para todas e todos.

Ao finalizarmos essa Apresentação, agradecemos a acolhida pela *Retratos da Escola* e as autoras e autores que prontamente atenderam ao nosso convite.

Boa leitura!

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). *Nota de Repúdio às Novas Diretrizes Curriculares para Educação Profissional e Tecnológica*. 2021. Disponível em: <https://anped.org.br/news/nota-de-repudio-novas-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-profissional-e>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- BRASIL. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro, RJ, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 01 mar. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *L'Ordine Nuovo (1919-1920)* (a cura di V. Gerratana e A. A. Santucci). Torino: Einaudi Editore, 1987.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. A ideologia em geral e em particular a ideologia alemã. In: *A ideologia alemã*. Tradução de CASTRO E COSTA, Luis Claudio. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Revista Holos*. Natal, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Ano 23, vol. 2. 2007. págs. 4-30.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: *Revista Brasileira de Educação*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. v. 12 n. 34. págs. 152-180. Jan./abr. 2007.